



Coalizão

# **DIREITOS VALEM MAIS**

## **MANIFESTO PÚBLICO**

### **PELA INSTALAÇÃO URGENTE DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO COM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

A Coalizão Direitos Valem Mais: pelo fim do Teto de Gastos e por uma nova economia – articulação que reúne mais de duzentas redes, plataformas, fóruns, Conselhos Nacionais de Direitos e instituições acadêmicas, associações de gestores e entidades empresariais – e suas parceiras, vem manifestar profunda preocupação com a indefinição da instalação da Comissão Mista do Orçamento (CMO) e do cronograma de tramitação do orçamento federal 2021 no Congresso Nacional.

A Comissão Mista de Orçamento é um órgão do Poder Legislativo instituído anualmente com a finalidade de debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). A responsabilidade da CMO de ouvir a sociedade, examinar as emendas e emitir parecer sobre a proposta orçamentária é uma regra constitucional, prevista no Art. 166 da Constituição Federal. Desde a promulgação na Constituição de 1988, é a primeira vez que o país – com menos de dois meses para o fim do ano - ainda não tem a CMO instalada.

O atraso e a indefinição decorrentes de disputas internas do Congresso vêm gerando prejuízos à participação social e pode comprometer a manutenção dos serviços públicos em 2021. A não instalação do processo orçamentário até o momento poderá abrir espaço para adoção de medidas autoritárias e aligeiradas de aprovação do Orçamento no Congresso, em um contexto marcado por gravíssima crise sanitária associada à crise econômica. A realidade exige condições orçamentárias adequadas para proteger a população do crescimento vertiginoso do desemprego, da fome e da miséria – com especial atenção à população pobre, negra e indígena e às famílias chefiadas por mulheres – e também para proteger o meio ambiente frente ao aumento criminoso dos desmatamentos e de outros ataques à natureza e às comunidades tradicionais no país.

Somente a observância do devido processo legal legislativo, com a instalação da CMO e participação da sociedade civil, pode tornar o orçamento brasileiro um instrumento de realização dos direitos sociais e de redução da pobreza, tal como exigido pela Constituição.

A não instalação do processo orçamentário vem comprometendo a apreciação adequada de propostas da sociedade civil como do PISO MÍNIMO EMERGENCIAL PARA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS, da Coalizão Direitos Valem Mais, e de propostas como as da articulação de organizações de Meio Ambiente coordenada pelo Observatório do Clima e de outras demandas de redes e articulações vinculadas às diferentes áreas sociais. Todas elas afirmam a imensa importância das Propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e Lei de Diretrizes Orçamentárias Anuais (PLOA), chamando a atenção para os riscos sociais e ambientais da sua não aprovação. Destacam também para a necessidade urgente de fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de enfrentar os perversos efeitos da crise sanitária associada à crise econômica, que vem tornando mais profundas as abissais desigualdades sociais brasileiras.

Considerando esses desafios e o que estabelece a Constituição Federal, a Coalizão Direitos Valem Mais e redes parceiras demandam a instalação imediata da Comissão Mista de Orçamento e do processo de tramitação orçamentário com condições adequadas para participação da sociedade civil.